



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLI — Nº 95

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 29 DE NOVEMBRO DE 1986

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 158.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO RAUL BERNARDO, como Líder — Telex recebido da Confederação Nacional das Profissões Liberais, contrário às novas medidas econômicas adotadas pelo Governo.

DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA — Possibilidade da adoção da moratória por parte do Brasil.

DEPUTADO ERANI MÜLLER — Declarações que teriam sido prestadas pelo Presidente do Banco

do Brasil à Imprensa, a respeito da política de juros adotada pelo Banco Central.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Mensagem Presidencial n.º 46/86-CN (n.º 17/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.189, de 26 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a transformação de gratificação deferida aos Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

— Mensagem Presidencial n.º 49/86-CN (n.º 18/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.190, de 26

de dezembro de 1984, que dispõe sobre novos percentuais da Gratificação de Representação de Atividade Diplomática e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

— Mensagem Presidencial n.º 51/86-CN (n.º 19/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.191, de 26 de dezembro de 1984, que altera o Decreto-lei n.º 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de Sessão Conjunta a realizar-se segunda-feira, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 158.ª Sessão Conjunta, em 28 de novembro de 1986

4.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47.ª Legislatura

Presidência do Sr. Passos Pôrto

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Oda-cir Soares — Alexandre Costa — Américo de Souza — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — Dias Macedo — Afonso Sancho — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Maurício Leite — Cid Sampaio — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Alaor Coutinho — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Mata-Machado — Benedito Ferreira — Gastão Müller — José Fragelli — Affonso Camargo — Enéas Faria — Arno Damanini — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB.

Amazonas

Carlos Alberto de Carli — PMDB; Mário Frota — PSB.

Rondônia

Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; João Augusto — PFL; João Marques — PMDB; Sebastião Curio — PDS.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; José Burnett — PDS;

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS**

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÊSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL.

Piauí

Carlos Oliveira — PMDB; Freitas Neto — PFL; Heráclito Fortes — PMDB; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Cláudio Philomeno — PFL; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL; Vingt Rosado — PMDB; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; Juracy Palhano — PDC; Paulo Xavier — PFL; Tarcísio Burity — PTB.

Pernambuco

Airon Rios — PFL; Antônio Farias — PMB; Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Moura — PFL; Josias Leite — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; José Thomaz Nonô — PFL; Oséas Cardoso — ; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PMDB; Celso Carvalho — PMDB; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PMDB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PDT; Eraldo Tinoco — PFL; Etelvir Dantas — PFL; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Gorgônio Neto — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; João Alves — PFL; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PFL; Prisco Viana — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PFL; Ruy Bacelar — PMDB; Vasco Neto — PSC; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PFL; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Arolde de Oliveira — PFL; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Colagrossi — PMDB; José Eudes — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Leonidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Walter Casanova — PTR; Wilmar Palis — PDT.

Minas Gerais

Altair Chagas — PFL; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PFL; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Delson Scarano — PDS; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro —

PMDB; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses de Oliveira — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PSB; Luiz Leal — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Silvio Abreu — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Airton Sandoval — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PTB; Aurélio Peres — PC do B; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Estevam Galvão — PFL; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novas — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PDS; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achióa — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goias

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDC; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Ivo Ambrósio — PL; Jonas Pinheiro — PFL; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Carlos Martinez — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PFL; Maurício Fruet — PMDB; Nelson Friedrich — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Santinho Furtado — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; Fernando Bastos — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PFL; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PFL; Renato Vianna — PMDB; Saturnino Dadan — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Erani Müller — PMDB; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Harry Sauer — PMDB; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PMDB; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PTB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 35 Srs. Senadores e 189 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo, como Líder do PDS.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A liderança do meu Partido, Sr. Presidente, acaba de chegar telex n.º 1.055/86, encaminhado pelo Sr. Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais, correspondência esta subscrita, também, por representantes delegados das 33 categorias profissionais que compõem a referida Confederação, vazado nos seguintes termos:

Telex n.º 1055/86 CNPL — Brasília (DF), 28 nov 86

Excelentíssimo Senhor
Deputado Amaral Netto
DD. Líder do Partido
Democrático Social
Câmara dos Deputados
Brasília — DF
Senhor Líder

Preocupada com as repercussões do Cruzado II sobre os profissionais liberais, esta Confederação

reuniu ontem em Brasília representantes das 33 categorias que a compõem as quais aprovaram a moção abaixo transcrita e que foi levada pessoalmente ao Senhor Ministro do Trabalho.

Pela importância rogo distribuição na Bancada e, se possível, inclusão do texto em sua próxima comunicação de liderança.

MOÇÃO CONTRA O NOVO

PACOTE ECONÔMICO

Os profissionais reunidos para a instalação do Congresso da Cidadania do Trabalhador na Constituinte, subscritos, vêm externar seu repúdio ao conjunto de medidas econômicas adotadas recentemente pelo Governo, tendo em vista os seguintes aspectos:

1. O governo caracterizou a concepção inicial da sistemática de reajustes automáticos de salários (gatilho de 20%), procurando, de todos os modos, impedir o seu acionamento, independentemente de ocorrer ou não inflação.

2. O golpe a política salarial foi complementado pela mudança casuística do índice de preços tomado como base para os reajustes, além dos injustificáveis "expurgos" que foram introduzidos nesse índice.

3. A elevação dos preços de produtos de amplo consumo, como serviços públicos, cigarros e bebidas, deverá provocar uma elevada inflação que, entretanto, não será compensada pelo reajuste salarial. É de se esperar, portanto, uma dramática queda dos salários reais, de todas as categorias.

4. Em contraposição à política de arrocho salarial, a renda do capital não foi atingida. Os níveis de tributação dos rendimentos e ganhos de capital, sabidamente baixos no Brasil, não foram elevados mas, ao contrário, aliviou-se a tributação dos ganhos em aplicações especulativas no mercado financeiro.

5. Ainda na linha de beneficiar o capital especulativo, o Governo concedeu anistia fiscal a todos aqueles que burlaram o congelamento de preços permitindo que o dinheiro "frio" decorrente da cobrança de ágios seja legalizado sem penalidades.

6. Consubstancia-se, assim, uma brutal reconcentração da renda, que deverá ser agravada pela queda do nível de emprego, provocada pela contenção da demanda agregada.

7. O mais incrível é que, do discurso oficial, deduz-se que o empobrecimento da classe trabalhadora visa, em última instância, atender às exigências dos banqueiros internacionais e do FMI, de modo a garantir o pagamento dos juros da dívida externa e a cobrir o déficit público, demonstrando que o governo passou a utilizar uma política econômica que não difere daquela adotada pelo ex-Ministro Delfim Netto e que foi, naquela época, criticada pelos atuais membros da equipe econômica governamental.

8. Finalmente, não se pode deixar de criticar o oportunismo político que marcou o comportamento do governo, ao postergar a adoção dessas medidas para logo depois das eleições e o autoritarismo que caracterizou o processo decisório, através do uso do Decreto-lei (instrumento legal criticado pelo próprio Presidente da República) e do desprezo à opinião pública e à classe política.

Carlos Falkenberg
Presidente da Confederação
Nacional das Profissões Liberais
Representantes Delegados das 33 categorias profissionais que compõem a CNPL.

Sr. Presidente, nada nos resta senão solicitar a V. Ex. que faça constar nos Anais do Congresso Nacional, na íntegra, este telex que acaba de ser enviado à Liderança do PDS nesta Casa. Ele por si só reflete todo o estado atual da economia e do Governo presidido pelo Senhor José Sarney.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não há dúvida de que chegamos a um momento bastante crucial, momento fronteiro da realidade econômica e política vivida por este País. Na medida em que nos aproximamos do final do ano, na medida em que nos aproximamos também do período em que se darão os procedimentos da negociação da dívida externa brasileira, cresce a consciência de que a base e a raiz dos problemas e das dificuldades que vive hoje a Nação, essa raiz e essa base estão na questão da dívida externa.

É bom lembrar, Sr. Presidente, que há alguns dias, durante sua estada no País, um dos mais renomados economistas do mundo, ex-assessor do Presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, e um especialista nas economias do Terceiro Mundo, o economista americano John Kenneth Galbraith declarou à imprensa brasileira que, na medida em que o Brasil caminha para um estrangulamento da sua economia, torna-se cada vez mais inevitável a necessidade de utilizar-se de uma espécie de moratória temporária ou, seja, a suspensão por um determinado período de tempo do pagamento dos juros e das amortizações da sua dívida externa.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, se um homem insuspeito, se um homem que tem, como John Kenneth Galbraith, ligações com os Estados Unidos, com uma visão americana do Terceiro Mundo, se este homem chega a dizer isso, justifica-se plenamente, neste momento, pelo menos, o início da discussão em torno da questão da moratória.

O Plano Cruzado acabou por escancarar, acabou por evidenciar, de por a nu, neste País, uma realidade. Nós estamos diante de uma dilema, estamos diante de uma fronteira, de uma encruzilhada: ou nós caminhamos para o crescimento econômico, abrindo frentes de expansão da economia, ou caminhamos para o retrocesso, para a crise, para a recessão, para o desemprego, para a fome e para a miséria. Esta é a alternativa que se apresenta hoje para o Governo brasileiro e para o conjunto da Nação.

O Plano Cruzado mostrou isto com muita evidência, que é possível reduzir a inflação a níveis europeus, que é possível aumentar o poder de consumo da população. São vinte milhões de consumidores novos que entraram no mercado brasileiro de consumo, é como se o Brasil tivesse aberto as suas fronteiras e, de repente, de um dia para o outro, entrassem vinte milhões de estrangeiros com um grande potencial de consumo. Foi isto que aconteceu no Brasil, o Plano Cruzado trouxe para o mercado de consumo vinte milhões de brasileiros que antes tinham níveis de consumo asiático, ou seja, trabalhavam apenas para sobreviver precariamente.

Com a eliminação da inflação galopante que assolava o País, com o aumento do poder de consumo da população, com a elevação do potencial, da capacidade produtiva das empresas, chegando quase a 100% da sua capacidade física instalada, uma realidade tornou-se visível, ou seja, sem investimentos, sem aumento da produção o Plano Cruzado não pode ir para frente. Mas esses investimentos não podem ser feitos, Sr. Presidente, se há doze milhões de dólares que são carreados de dentro do País para fora para pagar os juros da nossa dívida externa. Se doze milhões de dólares acabam por dessanhar, a cada ano, essa combatida economia nacional, não há possibilidade nenhuma de investimento e de fazer crescer uma frente de expansão produtiva no interior da economia brasileira.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que nós estamos chegando a um momento talvez dramático, mas decisivo. É o momento para a tomada de uma decisão corajosa, um enfrentamento mais duro, mais soberano, no tratamento da questão da dívida externa. O encaminhamento da discussão em nível nacional da questão da moratória temporária, que até um economista estrangeiro como Kenneth Galbraith está pregando. E chamo a atenção também para o editorial do jornal **Zero Hora**, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que com uma visão progressista, e com a visão de uma empresa que está profundamente identificada com os interesses nacionais, no seu editorial de hoje, o jornal **Zero Hora** reconhece a necessidade de uma moratória temporária, não o repúdio à dívida, não uma inadimplência definitiva, mas uma suspensão por um determinado período de tempo do pagamento dos juros

da nossa dívida externa, para dar fôlego e um potencial maior de investimento para nossa economia, para que este País possa produzir mais, possa investir, possa aumentar a sua capacidade instalada de produção e com isso compatibilizar preços e salários e equilibrar e estabilizar definitivamente a economia.

Cabe, neste momento, ao PMDB o papel estratégico decisivo. É o PMDB que deve construir a coesão nacional. É o PMDB que deve construir sólida unidade política em torno dessa proposta. É o PMDB que tem a responsabilidade de congregar as forças nacionais, porque ele é o Partido que expressa hoje, majoritariamente, a vontade da Nação e é capaz de mobilizar as suas forças em todo o território brasileiro, cabe o PMDB construir essa engenharia humana de participação coletiva para criarmos as condições políticas e, finalmente, decidirmos pela moratória temporária. Uma possibilidade que hoje surge no horizonte econômico deste País e que, possivelmente, venha a ser o fator decisivo para a nossa libertação e para o sucesso do Plano Cruzado, a fim de derrotarmos definitivamente a inflação e atendermos aos grandes anseios da maioria maciça do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erani Müller.

O SR. ERANI MLLER (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estamos acompanhando, já de alguns anos para cá, a atividade do Banco do Brasil que vem sendo prejudicada principalmente pela ação do Banco Central. O Banco do Brasil é um patrimônio do povo brasileiro. Fundado em 1808, quando aqui chegou D. João, o Banco do Brasil tem prestado relevantes serviços à comunidade brasileira e especialmente aos nossos agricultores, financiando as safras. Hoje, no entanto, o Banco atravessa uma situação muito difícil, porque as diretrizes tomadas pelo Banco Central, sob o comando do Sr. Fernando Bracher, têm prejudicado grandemente o Banco.

O Sr. Camilo Calazans, ontem, na imprensa, criticou a escalada dos juros que prejudica muito o nosso principal estabelecimento de crédito e favorece os Bancos

particulares. Disse, ao comentar o alto nível das taxas de juros, que estamos sentados num vulcão, não vê como a economia possa suportar por muito tempo. Acha Calazans que por um período curto seria aceitável. Mas, evidentemente, que numa inflação contida, a juros de mais de três dígitos, é um desestimulador para os investimentos. Além de que, volta tudo ao que era no que diz respeito ao estímulo à especulação.

Apresenta ainda, o Presidente do Banco do Brasil, as informações de que as autoridades dos próprios Bancos haverão de encontrar normas para conter essa verdadeira sangria da economia brasileira, através dos juros. Segundo ele, paradoxalmente, essa política está prejudicando o Banco do Brasil de uma forma muito contundente. Ainda de acordo com S. S.^a, a alta dos juros trouxe ao sistema bancário, de um modo geral, uma situação semelhante à que havia anteriormente, porque pouco importa o nome que se dê ao bicho, se ele é gato, ou o que valha, explica-se: está sofrendo as consequências dessa situação porque, como não houve possibilidade de obter recursos oficiais para o crédito agrícola, o Banco do Brasil está financiando com os recursos que está captando e, à medida que a captação encarece, os juros de crédito agrícola são estáveis, 10% ou 3%, conforme a região brasileira. No Nordeste 3%, na Região Sul 10%. Evidentemente que o Banco do Brasil está correndo um grande risco de rentabilidade. A situação, sob esse ponto de vista, é mais preocupante por causa da ênfase dada aos créditos agrícolas.

O Presidente do Banco comenta que, se o Banco do Brasil estivesse captando recursos a juros de 90% e aplicando a 120% é claro que estaria em uma situação muito boa, mas o Banco do Brasil está captando a 40% e aplicando a 10%. Isso para não falar nos juros do Nordeste que são apenas 3%.

Entretanto, é uma mercadoria mais para vender do que somente dar lucro. Muitos preferem a segurança a uma renda maior, porque muita gente já queimou os dedos, indo atrás de uma renda maior, como é o Caso do Banco Auxiliar e outros.

O que nós queremos dizer, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é que há a necessidade de também aqui, na Câmara e no Senado, no Congresso Nacional, de se dar uma força maior ao nosso extraordinário e querido Banco do Brasil. Se as coisas continuarem assim

a tendência é o Banco cada vez mais enfraquecer. O Banco do Brasil, hoje, atravessa uma situação difícil. Já se falou, em tempos atrás, em se fazer uma associação com a Caixa Econômica Federal e agora, com o encerramento das portas do Banco Nacional da Habitação, o BNH, a Caixa Econômica Federal se fortalece, se bem que centenas de agências estão fechando em todo o Brasil. Poderá ocorrer o mesmo com o mais tradicional estabelecimento de crédito do Brasil, o Banco do Brasil, se não houver uma mudança na economia, se não houver um fortalecimento na forma de ação e, principalmente, o Banco Central que dá as diretrizes para a nossa economia, principalmente na questão dos juros, não continue a prejudicar de forma impatriótica como está acontecendo até o momento.

Era este apelo, este registro que queríamos fazer, aqui, neste momento em que está praticamente se encerrando esta Legislatura; que o Banco do Brasil volte a ser fortalecido, volte a ser aquele Banco de destaque, inclusive no concerto internacional da economia, um dos principais Bancos do Mundo inteiro.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão destina-se à apreciação das Mensagens Presidenciais n.ºs 46, 49 e 51, de 1986-CN (8.ª Sessão).

Dada a inexistência de **quorum** em plenário, nos termos do § 2.º do Art. 29 do Regimento Comum, a Presidência vai encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Antes, porém, convoco sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação das Mensagens Presidenciais n.ºs 46, 49 e 51, de 1986-CN (9.ª Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 58 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

VIA—SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 116,00
Semestral	Cz\$ 58,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

SEÇÃO II (Senado Federal)

VIA—SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 92,00
Semestral	Cz\$ 46,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, conta-corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF

CEP.: 70.160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 90

(abril/junho de 1986)

Está circulando o número 90 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 430 páginas, contém as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

- Organização do poder. A institucionalização do Estado — José Alfredo de Oliveira Baracho.
- O ideal federalista nas revoluções brasileiras — Moacyr Benedicto de Souza.
- Direito e Justiça (a propósito da Constituinte) — Edma Romariz.
- Sistema jurídico — Hérbat Spencer B. Meira.
- As lacunas no Direito Constitucional — Celso Fernandes Campiloso.
- O "imperium" no Direito romano — Silvio Meira.
- A economia degradou o direito — Machado Pauperio.
- Do mandado de segurança — Carmen Lúcia Antunes Rocha.
- A atuação do Ministério Público na proteção dos interesses difusos — René Ariel Dotti.
- Ordem pública mundial: ordem pública verdadeiramente internacional no Direito Internacional Privado — Jacob Dolinger.

- A evolução doutrinária e jurisprudencial da proteção internacional dos direitos humanos nos planos global e regional: as primeiras quatro décadas — A. A. Cançado Trindade.
- Princípios de Direito Fluvial na bacia do Prata — Christian G. Caubet.
- O parlamentar e a legislação ambiental — Paulo Affonso Leme Machado.
- O direito adquirido e a mudança de interpretação da Administração em matéria contratual — Arnoldo Wald.
- Regimes jurídicos de pessoal — Sebastião Baptista Affonso.
- Las dimensiones de la criminalidad — Manuel López-Rey.
- O pessoal das prisões e os presos — Armida Bergamini Miotto.
- Religión de jóvenes (y adultos) en la cárcel — Antonio Beristain.
- Adoção nacional e internacional — Antônio Chaves.

À venda na
Subsecretaria
de Edições Técnicas,
Senado Federal,
Anexo I, 22º andar
— CEP 70160 —
Brasília, DF.



Assinatura
Para 1986
(Números 89 a 92)
Cz\$ 160,00

Encomendas mediante vale postal, cheque visado, pagável em Brasília, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou reembolso postal.

SEGURANÇA NACIONAL

Lei nº 7.170, de 14-12-83

- Texto da Lei com minucioso índice temático
- Quadro comparativo (Lei nº 7.170/83 — Lei nº 6.620/78)
- Notas
- Histórico (tramitação legislativa) da Lei nº 7.170/83
- Subsídios para a elaboração da Lei nº 7.170/83

Edição — 1984
Preço = Cz\$ 30,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Senado Federal — 22º andar).

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Atende-se também pelo reembolso postal.

CEP: 70160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cz\$ 0,17